
Mídia, discurso e silenciamentos: análise da cobertura jornalística sobre o assassinato de Mãe Bernadete¹

Tâmara Caroline Almeida TERSO (Universidade Federal da Bahia, Brasil)²

Elis Freire BITTENCOURT (Universidade Federal da Bahia, Brasil)³

Paulo Victor Purificação Melo (Universidade Nova de Lisboa, Portugal)⁴

RESUMO: Este artigo aborda a cobertura jornalística do assassinato de Bernardete Pacífico Moreira, conhecida como “Mãe Bernardete”, liderança do quilombo Pitanga dos Palmares, na Bahia. Através da metodologia de análise de conteúdo, a pesquisa identificou notícias e reportagens, publicadas por quatro meios de comunicação (A Tarde, Correio, Folha de S. Paulo e Agência Brasil) no período do primeiro mês após o crime. Os resultados indicam que, de um modo geral, a cobertura jornalística foi caracterizada por pouca contextualização do assassinato com questões mais amplas, priorizou fontes governamentais e, ao pautar-se pela perspectiva oficial de investigação, contribuiu para um esquecimento progressivo do fato.

PALAVRAS-CHAVE: monitoramento de mídia; cobertura jornalística; quilombos; direitos humanos; Mãe Bernadete.

Introdução

O assassinato de Mãe Bernadete, liderança quilombola brasileira, representou um duro golpe para seus familiares, a população negra, as religiões de matriz africana e as comunidades quilombolas do país. Este crime, ocorrido em 17 de agosto de 2023, se inscreve em um contexto de assassinatos sistemáticos a Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, Ambientalistas e Comunicadores(as). A título de exemplo, o Brasil ocupa o 2º lugar no ranking de países que mais matam defensores ambientais no mundo.

Uma das principais barreiras à punição desses crimes é a sua invisibilidade, promovida tanto pelas dificuldades de acesso à justiça quanto pela construção de narrativas

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico, 24º Encontro dos Grupos de Pesquisas da Intercom, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda em Comunicação e Cultura Contemporâneas na Universidade Federal da Bahia. Pesquisadora do Centro de Comunicação, Democracia e Cidadania (CCDC) e do Centro de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso (CEPAD), ambos da UFBA. E-mail: tamaraterso@gmail.com

³ Estudante de Jornalismo na Universidade Federal da Bahia. Pesquisadora do Centro de Comunicação, Democracia e Cidadania da UFBA, com foco em comunicação popular e monitoramento de violação de direitos. E-mail: elisbittencourt@ufba.br

⁴ Investigador integrado do Instituto de Comunicação da Universidade Nova de Lisboa (ICNOVA). Docente do IADE/Universidade Europeia. E-mail: paulomelo@fesh.unl.pt

midiáticas que contribuem para uma falta de informação sobre as complexidades e gravidade dos assassinatos.

Para se contrapor a esta invisibilidade, a pesquisa “Mídia, Discursos e Silenciamentos: análise da cobertura jornalística sobre o assassinato de Mãe Bernadete”, realizada pelo Centro de Comunicação, Democracia e Cidadania da Universidade Federal da Bahia (CCDC), com apoio da Fundação Heinrich Böll Brasil, buscou analisar as dinâmicas de cobertura deste assassinato entre 17 de agosto e 17 de setembro de 2023, em quatro meios de comunicação brasileiros: A Tarde, Correio, Folha de S. Paulo e Agência Brasil.

O objetivo da pesquisa foi analisar como a mídia cobriu o caso do assassinato de Mãe Bernadete, verificando se o crime foi contextualizado com questões, por exemplo, como disputas por terra e território, racismo religioso, racismo ambiental, dentre outras. A pesquisa também se propôs a verificar a existência de discursos dominantes sobre o assassinato, quais fontes foram priorizadas pela mídia e quais vozes foram silenciadas.

Em termos metodológicos, a pesquisa foi feita a partir da seleção e análise de conteúdos publicados nos sites dos quatro meios de comunicação mencionados anteriormente, com o corpus de análise contemplando materiais jornalísticos não opinativos, especificamente notícias e reportagens. Deste modo, artigos e colunas não foram considerados. Para a coleta e análise das informações foi desenvolvido um formulário com questões como título; tipo de conteúdo; assinatura; presença de fontes; caracterização e posicionamentos das fontes; posicionamento discursivo, informações sobre conflitos por terra e território; menção a intolerância religiosa, racismo religioso e racismo ambiental; referência a dados estatísticos; menção a legislações protetivas.

Jornalismo: formatos e escolha de fontes

Antes de discutirmos os resultados da análise, vale apresentar aqui o entendimento que guiou a definição dos conteúdos de notícias e reportagens.

Em relação às notícias, sobretudo pensando o tema abordado na pesquisa, o conceito aqui adotado tem como referência o Manual de Redação do Alma Preta, que define notícia como “um texto informativo com, pelo menos, uma entrevistada, e com informações melhor apuradas, detalhadas e confirmadas” (Alma Preta, 2003, p. 95).

Já reportagem é um conteúdo elaborado para reunir o máximo de informações possíveis sobre um determinado acontecimento, por isso a sua elaboração não é pautada

pelo imediatismo. Neste processo, a escuta de fontes diversas e o apoio de evidências, através de dados e pesquisas, são ainda mais relevantes. Dito de outra forma, o fundamental na reportagem não é a “novidade”, mas o aprofundamento da abordagem sobre o acontecimento em questão.

Importa enfatizar que ambos os formatos dialogam no sentido de compartilhar com a sociedade elementos de caráter informativo, sobre temas de relevância social e/ou de setores da sociedade, no sentido de construir a informação - processo que leve a compreensão de algo ou de alguma situação (Wurman, 1991).

Já a questão da escolha das fontes está relacionada em como determinados meios noticiosos tentam determinar o regime de visibilidade de temáticas a partir da amplificação de algumas vozes e o silenciamento de outras. Longe de ser uma escolha imparcial, equânime ou apenas testemunhal do acontecimento, as fontes influenciam na ação de promover enquadramentos dados às notícias (Gans, 1980). À medida em que a influência de determinadas fontes cresce e interfere constante e decisivamente no modo como o (a) jornalista cobre os acontecimentos, ampliam-se os riscos da cobertura jornalística perder seu objetivo de abordar de maneira ampla as diversas camadas que compõem o acontecimento, passando a uma prática de jornalismo declaratório.

Sem o processo de apuração contextualizada, que insira os acontecimentos em quadros sociais políticos, econômicos e educacionais amplos, além da busca por diversas fontes que ajudem a entender esse contexto, os acontecimentos de violação de direitos contra a população quilombola podem se tornar combustível para contextos de desinformação contra essas populações, já vulnerabilizadas.

Contextualizando o acontecimento

Em 27 de julho de 2023, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou dados oficiais inéditos sobre as comunidades quilombolas do país. Foi a partir do Censo 2022, que tomou-se conhecimento dos seguintes fatos: a Bahia é o estado com o maior número de quilombolas (397.059) do Brasil; apenas pouco mais de 5% dos quilombolas baianos vivem em territórios demarcados; cinco das 10 cidades de maiores populações quilombolas do país estão na Bahia.

Passadas exatamente três semanas após a divulgação desses dados, em 17 de agosto de 2023, a liderança quilombola baiana, Bernadete Pacífico Moreira, que era também

liderança afro-religiosa, foi assassinada no seu território, o Quilombo Pitanga dos Palmares, localizado no município de Simões Filho, na Bahia.

A história de conflitos e injustiças socioambientais a que são submetidos os territórios quilombolas indica que o assassinato de Mãe Bernadete não pode ser analisado de forma isolada, mas, ao contrário, deve ser compreendido e discutido num contexto mais amplo de violências contra essas comunidades.

Uma evidência a respeito disso é o fato de que Mãe Bernadete era uma reconhecida voz de denúncia das violências enfrentadas por ela própria e por outras lideranças quilombolas. Pela sua atuação em defesa dos territórios quilombolas a nível territorial e nacional, a liderança passou a ser ameaçada e foi incluída, em 2017, no Programa de Proteção de Defensores(as) de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas. Vale lembrar, também nesta direção, que um dos filhos de Mãe Bernardete, Flávio Gabriel Pacífico dos Santos, o Binho do Quilombo, tinha sido assassinado em 19 de setembro de 2017. Assim como a mãe, ele também foi morto a tiros, poucos dias após participar de um evento na Universidade Federal da Bahia, quando denunciou vários conflitos fundiários, inclusive nomeando envolvidos.

Esquecimento progressivo e silenciamento como consequências de um jornalismo declaratório

Através do levantamento de notícias e reportagens identificamos 115 conteúdos que abordaram o tema do assassinato de Mãe Bernadete nos veículos pesquisados. Se considerarmos os percentuais de produção de conteúdos por meio de comunicação, temos o seguinte: 45,22% foram publicados pelo jornal A Tarde; 26,08% pelo Correio; 15,65% pela Agência Brasil; e 13,5% foram publicados pela Folha de S.Paulo.

Esses índices evidenciam uma tendência de regionalização do assassinato, mesmo que Mãe Bernardete tenha sido uma referência quilombola em âmbito nacional e que as violências e ameaçadas sofridas por ela e por seu território expressem uma problemática que envolve defensores e defensoras de direitos humanos e ambientais de todo o país.

A pesquisa também revelou que houve uma concentração do assunto em poucos dias e uma progressiva perda de interesse midiático na pauta. Três dados que sustentam esta afirmação: a) entre os 115 conteúdos jornalísticos não-opinativos, 59 conteúdos foram publicados entre os dias 18 e 19 de agosto, dois dias após o assassinato; b) após a terceira

semana do assassinato, apenas nove conteúdos foram publicados; c) no dia em que o crime completou um mês, apenas dois conteúdos foram publicados.

Analisando as fontes ouvidas, a pesquisa demonstrou que a cobertura jornalística privilegiou a perspectiva governamental. Os representantes do Governo da Bahia foram ouvidos em 34% dos conteúdos, seguidos dos representantes do Governo Federal com 19,8% e Polícia (Militar, Civil, Federal) com 20,8%. Já os familiares de Mãe Bernadete foram ouvidos em 28,3% dos conteúdos, seguidos de representantes da CONAQ com 16% e integrantes da comunidade com apenas 5,7% das fontes. Vale ressaltar que muitas declarações dos familiares se repetem nos conteúdos.

Essa prevalência oficiais é ainda mais grave tomando em consideração que em 60 conteúdos (52,2%) apenas uma fonte foi ouvida. Outra questão preocupante é que, nos conteúdos em que houve mais de uma fonte, apenas em 21,7% foi possível identificar a presença de perspectivas diferentes sobre o tema, mesmo índice em que, abertamente, a presença de duas ou mais fontes não significou perspectivas diferentes.

Um aspecto fundamental no jornalismo, especialmente em coberturas sobre assassinatos, é a contextualização. Como pontuado no Manual de Redação da Alma Preta (2003, p. 117), “todo assunto deve ser contextualizado”, cabendo ao/à jornalista “descrever os elementos externos que impactam o desenrolar do assunto da reportagem” e “informar os aspectos políticos, econômicos, sociais, históricos e culturais que envolvem o fato em questão”.

No caso do assassinato de Mãe Bernadete, a pesquisa identificou que a contextualização foi um ponto problemático da cobertura jornalística. Alguns dados que justificam esta afirmação: 74,8% dos conteúdos não citaram qualquer fragilidade no Programa de Proteção de Defensores(as) de Direitos Humanos; 68,7% não mencionaram que Mãe Bernadete estava no Programa de Proteção de Defensores(as) de Direitos Humanos; 62,6% não relacionaram o assassinato com a disputa por terras e território envolvendo o Quilombo Pitanga dos Palmares; 60% não fizeram referência ao fato de que a própria Mãe Bernadete já havia denunciado ser vítima de ameaças; 55,6% não indicaram que Mãe Bernadete tinha uma conhecida atuação de denúncias das ameaças sofridas por comunidades quilombolas e religiões de matriz africana. Apenas 26,1% dos conteúdos citaram dados e pesquisas sobre a situação dos assassinatos de pessoas quilombolas no país e somente três textos citaram legislações referentes à proteção dos povos quilombolas.

Considerações

Além das questões apontadas anteriormente, a análise da cobertura jornalística – dos jornais A Tarde, Correio, Folha de S. Paulo e da Agência Brasil – sobre o assassinato de Mãe Bernardete permite algumas armazões conclusivas: a) A diminuição da produção de notícias e reportagens com o passar dos dias contribui para um progressivo esquecimento do crime, tornando o assassinato mais um “caso” que gera uma comoção imediata e, por outro lado, rapidamente passageira; b) A prevalência de fontes oficiais, sobretudo de órgãos policiais, fortalece uma narrativa focada apenas na execução e busca por autores do crime, e não na elucidação dos interesses e possíveis mandantes; c) A pouca referência, nos textos jornalísticos, a disputas por terras e ameaças a territórios quilombolas limita a contextualização do crime com outras violências; d) A pouca menção a dados estatísticos e legislações não ajuda numa perspectiva educativa de ampliação dos conhecimentos da população sobre conflitos fundiários; e) O silêncio sobre decisões judiciais que enfraquecem a liberdade de imprensa, a exemplo da decisão que proibiu o The Intercept de produzir conteúdos sobre o caso, atenta contra o papel reivindicado pela própria mídia de escalização do poder e dos poderosos.

No sentido de contribuir com uma cobertura jornalística sobre crimes contra lideranças quilombolas e de religiões de matriz africana que não reproduza o modo como A Tarde, Correio, Folha de S. Paulo e Agência Brasil pautaram o assassinato de Mãe Bernardete, apresenta-se aqui oito sugestões:

1. Os textos de caráter informativo, sobretudo as reportagens, devem fazer referência ao escopo jurídico-normativo, nacional e internacional, que assegure direitos às comunidades quilombolas e às religiões de matriz africana;
2. É fundamental que tanto as notícias quanto as reportagens apresentem dados que contextualizem os crimes contra lideranças quilombolas e afro-religiosas com o cenário mais amplo de violências contra os seus territórios e comunidades;
3. Do mesmo modo, é importante que, na produção de textos jornalísticos, pesquisadores/as dedicados a estudos sobre direitos de comunidades quilombolas e religiões de matriz africana sejam considerados/as como vozes relevantes;
4. No processo de apuração, é imprescindível que familiares, comunidades e movimentos representativos das vítimas dos crimes sejam priorizadas como

-
- fontes, de modo a proteger a cobertura jornalística da reprodução dos discursos oficiais;
5. A cobertura jornalística deve ser caracterizada pela busca por evidências que relacionem possíveis aspectos políticos, econômicos e religiosos com a motivação dos crimes, a exemplo de disputas fundiárias, conflitos por água, racismo religioso, dentre outros;
 6. É importante que os meios de comunicação realizem coberturas que contribuam para uma discussão pública não apenas sobre o crime em si e os executores, mas também sobre os mandantes e os seus interesses;
 7. A produção jornalística não deve ser pautada exclusivamente pelo andamento das investigações oficiais, de forma que a cobertura midiática tenha continuidade mesmo quando há paralisação ou arrefecimento das investigações;
 8. As direções das empresas e grupos jornalísticos devem assegurar proteção especial, autonomia, tempo e condições materiais aos/às jornalistas envolvidos/as na cobertura de crimes contra lideranças quilombolas e afro-religiosas.

REFERÊNCIAS

Alma Preta. **Manual de Redação**: o jornalismo antirracista a partir da experiência da Alma Preta, 2023. Disponível em:

<https://almapreta.com.br/images/2023/11/manual-de-redacao-o-jornalismo-antirracista-a-partir-da-experiencia-da-alma-preta.pdf>

GANS, H. **Deciding what's news**: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time. Evanston: Northwestern University Press, 1980.

IBGE. **Censo Demográfico 2022**. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37464-brasil-tem-1-3-milhao-de-quilombolas-em-1-696-municipios>

SODRÉ, N. W. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 1999.

WURMAN, R. **Ansiedade de informação**: como transformar informação em compreensão. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1991.